



ESTADO DO CEARÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARREIRA



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DL 16.04.01/2025-CÂMARA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº DL 16.04.01/2025-CÂMARA

PREÂMBULO:

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BARREIRA - CE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Lucio Torres, 622, Centro, Barreira/CE, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 12.459.632/0001-05, torna público que, realizará Contratação Direta por Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO DO ITEM**, nos termos artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste Edital, e Termo de Referência e seus anexos, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando a manifestação de eventuais interessados em participar do presente processo em busca da administração obter a proposta mais vantajosa, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA DO AVISO DE DISPENSA:	16/04/2025
DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS:	24/04/2025, até as 23:59h (no mínimo 3 dias úteis).
FORMA DE ENVIO DA PROPOSTA:	As propostas deverão ser encaminhadas pelo link disponível no site da CÂMARA Municipal de Barreira, na aba Transparência, em seguida nos botões: "Licitações" -> "Contratação Direta – Lei 14.133/2021", e após abrindo processo tratado acima.

Por tratar-se de licitação com base na condição prevista no art. 176 parágrafo único da Lei 14.133/21 o meio para publicidade desse instrumento será a imprensa oficial da CÂMARA, através da fixação no flanelógrafo com sua divulgação no sitio oficial da CÂMARA, disponível em: <https://www.camarabarreira.ce.gov.br/>

1.0 -DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto deste é a LOCAÇÃO E LICENÇA DE SISTEMA INFORMATIZADO (SOFTWARE) E IMPORTAÇÃO DE DADOS CONTABIL, LICITAÇÃO E PORTAL DE TRANSPARÊNCIA E FOLHA DE PAGAMENTO, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARREIRA -CE.

1.2 Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

- 1.2.1 – Anexo I Mapa de Risco
- 1.2.2- Anexo II. Termo de Referência;
- 1.2.3 – Anexo II Minuta da Proposta;

2.0. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

2.1. A participação na presente dispensa se dará mediante o envio de proposta de preços e documentos de habilitação pelo link disponível no site da Câmara Municipal de Barreira, na aba Transparência, em seguida nos botões: "Licitações" -> "Contratação Direta – Lei 14.133/2021"

2.1.1. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.1.2. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);



ESTADO DO CEARÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARREIRA



2.1.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.1.4. Não poderá participar empresa que não explore ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

2.1.5. As Pessoas jurídicas que tenham sido declaradas inidôneas por ato do poder público ou que estejam impedidas de licitar, ou contratar com a administração pública, ou com qualquer de seus órgãos descentralizados, quais sejam:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- b) CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ;
- c) CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas;
- d) Inidôneos - Licitantes Inidôneos junto ao TCU;

2.2. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.3. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.4. sociedades cooperativas.

3.0. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

3.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Legislativo, para exercício de 2025.

4.0. DO VALOR ESTIMADO:

4.1.1 - O Menor valor global estimado para contratação será de: VALOR MÉDIO OFERTADO: R\$ 61.450,00 (sessenta e um mil quatrocentos e cinquenta reais).

5.0. DO PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:



ESTADO DO CEARÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARREIRA



5.1. A presente ficará **ABERTA POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, a partir da data da divulgação no site, as propostas de preços e os respectivos documentos deverão ser encaminhadas pelo link disponível no site da CÂMARA Municipal de Barreira, na aba Transparência, em seguida nos botões: “Licitações” -> “Contratação Direta – Lei 14.133/2021”, e após abrindo processo tratado acima, clicando no link disponível.

5.2. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após solicitação.

6.0. PROPOSTA DE PREÇO:

6.1. As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela sua desclassificação.

6.1.1. O valor proposto pelas licitantes para execução dos serviços não poderá ultrapassar o valor conforme o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021 é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sendo este atualizado anualmente através do índice inflacionário (IPCA-E) na forma do artigo 182 da lei anteriormente mencionada e do DECRETO Nº 12.343/2024, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024. Desta forma para o exercício de 2025 o valor limite para contratação através de dispensa de licitação previstas no inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021 passou a ser de até **RS 62.725,59 (Sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)**.

I. Foram encontrados no mínimo **3 (três) preços** como forma de obtenção do orçamento estimado da contratação em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, art. 18º, inc. IV.

II. **Consolida-se assim uma obrigatoriedade de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial**, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa, conforme preceitua o Art. 75, § 3º da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

6.1.2. A **PROPOSTA DE PREÇOS** deverá ser apresentada em 01 (uma) via datilografada ou digitada, devidamente assinada, rubricada em todas as suas páginas, devendo conter no mínimo:

a) A indicação da razão social da licitante, o número de inscrição no CNPJ de seu estabelecimento e endereço completo deverá ser o que efetivamente irá prestar o objeto da licitação. São facultativas as informações dos dados referentes ao número de banco, agência e conta corrente nesta etapa da licitação, sendo obrigatória, posteriormente, para assinatura do contrato.

b) Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.

c) As Propostas de Preços serão consideradas de acordo com os Anexos deste Edital, por ITEM, conforme o caso, expressa em Real (R\$), em algarismos e por extenso, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como, todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre a prestação dos serviços, constantes da proposta, abrangendo, assim, todos os custos com os serviços necessários à execução do objeto em perfeitas condições a manutenção dos serviços.

d) Ocorrendo discrepância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, devendo o(a) Agente de Contratação(a) proceder às correções necessárias.

e) Deverão ser informados além dos preços unitários e totais, os seus respectivos valores por extenso.

f) A proposta de preços deverá ainda estar assinada por representante, legalmente constituído para tal fim;

g) A proposta de preços terá validade mínima de **60 (sessenta) dias**, a contar da data da abertura do envelope, sendo este considerado como válido, no caso de omissão.

6.1.3. Ocorrendo divergência na proposta entre os valores unitário e total, prevalecerá o unitário, e entre o algarismo e extenso, prevalecerá o extenso. Não será permitido alterar valor da proposta por erro, sendo o mesmo desclassificado.



ESTADO DO CEARÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARREIRA



6.1.4. Os preços constantes da proposta do licitante deverão conter apenas duas casas decimais após a vírgula, cabendo ao licitante proceder ao arredondamento ou desprezar os números após as duas casas decimais dos centavos, e deverão ser cotados em moeda corrente nacional.

6.1.5. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.

6.1.6. A apresentação da proposta de preços implica na ciência clara de todos os termos do edital e seus anexos, em especial quanto à especificação dos serviços e as condições de participação, competição, julgamento e formalização da dispensa, bem como a aceitação e sujeição integral às suas disposições e à legislação aplicável lei 14.133/21.

6.2. Será **desclassificada** a proposta vencedora que:

- Contiver vícios insanáveis;
- Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.2.1. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.2.2. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.2.3. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.2.3. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.2.4. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.2.5. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

7.0. DO JULGAMENTO

7.1. Encerrada o prazo para recebimentos das propostas de preços e documentos de habilitação, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar, ou seja, a que apresentou o menor preço, quanto à adequação do objeto, à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação, bem como os documentos de habilitação apresentados.

7.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, será declarada desclassificada e verificada pela ordem de classificação o segundo lugar e assim sucessivamente até a proposta atender a todas as condições do edital.

7.3. Em qualquer caso, concluída tal fase, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa.

7.4. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, conforme o caso.

7.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.7. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7.9. Quando a proposta de menor valor for desclassificada ou o licitante inabilitado, serão examinadas as propostas subsequentes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até que seja selecionada a proposta mais vantajosa, sendo considerada aquela quanto a adequação do objeto, à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação, bem como atender aos documentos exigidos para habilitação;



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE BARREIRA



8.0 – DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal no 14.133/2021.

8.2. Para realização dos pagamentos, o licitante vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante processo de habilitação;

9.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

9.1. Poderá a CÂMARA Municipal de Barreira revogar o presente processo, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

9.2. A CÂMARA Municipal deverá anular o presente Edital, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

9.3. A anulação do presente procedimento, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no art. 149 da Lei Federal no 14.133/21.

9.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência desta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, mediante solicitação do proponente e aceito pela CÂMARA Municipal.

Barreira - CE, 16 de abril de 2025



Antônio Marcos Firmino de Lima
Agente de Contratação



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE BARREIRA



TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO
DISPENSA DE LICITAÇÃO

PREÂMBULO: Por tratar de hipótese prevista no inciso I, II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 combinado a portaria nº 041, DE 09 DE JANEIRO DE 2025, e alterações.

1. DO OBJETO E DO VALOR ESTIMADO

1.1.1 LOCAÇÃO E LICENÇA DE SISTEMA INFORMATIZADO (SOFTWARE) E IMPORTAÇÃO DE DADOS CONTABIL, LICITAÇÃO E PORTAL DE TRANSPARÊNCIA E FOLHA DE PAGAMENTO, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARREIRA -CE, nas condições a seguir, estabelecidas neste instrumento:

1.1.2 A contratação será efetivada por meio de termo de contrato;

2. FUNDAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

2.1. Art. 75, inc. II, da Lei nº 14.133/21, combinado a portaria nº 041, DE 09 DE JANEIRO DE 2025, e alterações.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1 A estrutura administrativa da Câmara Municipal demanda soluções tecnológicas adequadas para garantir a execução eficiente de suas atividades contábeis, financeiras, administrativas e de pessoal, bem como para assegurar a transparência da gestão pública, em conformidade com os preceitos legais e normativos vigentes.

3.2 Realizar e manter atualizada a escrituração contábil e orçamentária da Casa Legislativa, conforme os princípios da contabilidade pública e as diretrizes da Secretaria do Tesouro Nacional (STN);

3.3 Gerir de forma adequada a folha de pagamento e os direitos dos servidores, cumprindo as exigências do e-Social e demais obrigações acessórias;

3.4 Controlar e publicar os atos de gestão e processos licitatórios, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos);

3.5 Disponibilizar dados à sociedade de forma clara, acessível e tempestiva, por meio de Portal da Transparência, atendendo à Lei Complementar nº 131/2009 e à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

3.6 A continuidade e integridade das informações públicas demandam a importação dos dados históricos contábeis, financeiros, orçamentários e de pessoal do sistema atualmente em uso. Essa migração é essencial para evitar a perda de dados, assegurar a rastreabilidade das informações e garantir a consistência das obrigações legais perante os órgãos de controle, como o Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE);

4. DO DETALHAMENTO DOS ITENS

LOTE ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL MÉDIO
1	LOCAÇÃO E LICENÇA DE SISTEMA INFORMATIZADO (SOFTWARE) E IMPORTAÇÃO DE DADOS CONTABIL, LICITAÇÃO E PORTAL DE TRANSPARÊNCIA E FOLHA DE PAGAMENTO, ALMOXARIFADO, CONTROLE PATRIMONIAL E SEISTEMA DE VEÍCULOS VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARREIRA -CE	MÊS	10	R\$ 6.145,00	R\$ 61.450,00

5. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1 Disponibilizar os serviços de acompanhamento, nas instalações da contratante e seguir os seguintes critérios em cada módulo:

5.1.1 SISTEMA DE CONTABILIDADE

- 5.1.1.1 Adotar o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP;
- 5.1.1.2 Permitir a Personalização de Eventos Contábeis utilizando Contas do PCASP;
- 5.1.1.3 Oferecer Estrutura de Controle para Execução Automática de Eventos Contábeis utilizando Contas do PCASP;



ESTADO DO CEARÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARREIRA



- 5.1.1.4 Permitir a Elabora do Plano Plurianual - PPA;
- 5.1.1.5 Permitir a Elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA;
- 5.1.1.6 Permitir a integração entre o PPA e a LOA;
- 5.1.1.7 Permitir o Controle da Execução Orçamentária: Receitas orçamentárias e extras, Empenhos, Liquidações, Pagamentos orçamentários e extra, Bancos, Convênios, Contratos, Licitações, Alterações Orçamentárias;
- 5.1.1.8 Realizar o controle orçamentário e financeiro pela utilização e controle das Fontes de Recursos.
- 5.1.1.9 Permitir o controle de uso do Sistema com gestão de Unidades Orçamentárias por usuários.
- 5.1.1.10 Permitir a Geração dos Arquivos do Sistema de Informações Municipais – S.I.M do TCE.
- 5.1.1.11 Permitir fechamento de períodos de lançamentos de forma geral, por usuário e unidades orçamentárias;
- 5.1.1.12 Permitir o Preenchimento de Cheques, Cópia de Cheques, Recibos e Nota Fiscal;
- 5.1.1.13 Permitir os Pagamentos de Credores por meio de lotes bancários;
- 5.1.1.14 Permitir a Conciliação Bancária automática de Cheques e lançamentos decorrentes de pagamentos gerados por meio de lotes bancários;
- 5.1.1.15 Permitir a Elaboração dos Relatórios Mensais para o TCE;
- 5.1.1.16 Permitir a Elaboração de Relatórios Gerenciais para Educação (SIOPE), FUNDEB, Saúde (SIOPS);
- 5.1.1.17 Permitir a Elaboração dos Relatórios da Lei Complementar 101/2001-LRF com publicação automática em site;
- 5.1.1.18 Permitir a Elaboração da Planilha SICONFI RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária;
- 5.1.1.19 Permitir a Elaboração da Planilha SICONFI RGF – Relatório de Gestão Fiscal;
- 5.1.1.20 Permitir a Publicação diária automática dos dados contábeis em site contratada por esta prefeitura atendendo a Lei 131 (Lei Transparência Pública);
- 5.1.1.21 Permitir a Elaboração dos Relatórios da Lei 9.755 – Contas Públicas;
- 5.1.1.22 Permitir a Divulgação automática dos Relatórios da LRF na Internet em site contratado por esta prefeitura;
- 5.1.1.23 Permitir a Elaboração do Balanço Anual conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP;
- 5.1.1.24 Permitir a Elaboração da Planilha SICONFI DCA-Balanço Anual;
- 5.1.1.25 Permitir a Elaboração do MANAD;
- 5.1.1.26 Permitir a Elaboração da DIRF;
- 5.1.1.27 Permitir a Consolidação de Dados para Unidades Gestoras que utilizam bancos de dados independentes;
- 5.1.1.28 Permitir o Funcionamento em rede local e via internet por meio dos serviços de conexão remota;
- 5.1.1.29 Permitir o Funcionamento em Rede Virtual Privada via internet;
- 5.1.1.30 Permitir a elaboração de relatórios e gráficos gerenciais a partir de recursos de B.I (business intelligence);
- 5.1.1.31 Permitir o Relacionamento automático com Extrato Bancário no Padrão OFX;
- 5.1.1.32 Possuir Módulo Dinâmico que permita Integração via API com Sistemas de Gestão Administrativa contemplando:
 - 5.1.1.33 Solicitações de Despesa
 - 5.1.1.34 Autorizações de Solicitações de Despesa
 - 5.1.1.35 Autorizações de Licitações
 - 5.1.1.36 Licitações
 - 5.1.1.37 Autorizações de Contratos
 - 5.1.1.38 Contratos
 - 5.1.1.39 Autorizações de Empenhos
 - 5.1.1.40 Empenhos
 - 5.1.1.41 Autorizações de Liquidações
 - 5.1.1.42 Liquidações
 - 5.1.1.43 Autorizações de Pagamentos
 - 5.1.1.44 Pagamentos
- 5.1.1.45 Quando integrado a um Sistema de Gestão Administrativa, o Sistema Contábil deverá registrar na linha do tempo do Processo Administrativo cada operação registrada destacando o dia, hora, setor, operador e o status atribuído à operação.
- 5.1.1.46 Possuir Módulo Dinâmico que permita Integração via API com os sistemas de compras, licitação, patrimônio, almoxarifado e merenda escolar;
- 5.1.1.47 Permitir backup de forma manual ou automática.
- 5.1.1.48 Possuir módulo de segurança com controle de Nível de Acesso por Usuário com personalização individual ou por perfil de acesso.

5.1.2 SISTEMA DE LICITAÇÃO

- 5.1.2.1 Atender ao SIM (Sistema de Informações Municipais) com a geração de
- 5.1.2.2 Arquivos digitais conforme especificações técnicas contidas no manual
- 5.1.2.3 Mantido e divulgado pelo Tribunal de Contas do Estado TCE.;
- 5.1.2.4 Permitir o Cadastro de Fornecedores, Itens (produtos e serviços), Textos
- 5.1.2.5 Padrões, Comissão de Licitação;
- 5.1.2.6 Permitir a Criação Ilimitada de Modelos de Relatórios;
- 5.1.2.7 Adotar os Modelos já utilizados pelo Município e/ou Assessoria;
- 5.1.2.8 Controlar as Licitações por meio de Banco de Dados, evitando o manuseio de arquivos e pastas;
- 5.1.2.9 Criticar as dotações utilizadas compatibilizando com o Sistema S.I.M;
- 5.1.2.10 Utilizar o conceito de Macro-substituição de dados, evitando o trabalho de revisão de texto para substituição de conteúdo;



ESTADO DO CEARÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARREIRA



- 5.1.2.11 Registrar Solicitações, incluindo as seguintes informações: Secretaria;
- 5.1.2.12 Itens e suas quantidades e dotações orçamentárias;
- 5.1.2.13 Registrar a Cotação de Preços com elaboração de projeto básico e relatórios de valores médios;
- 5.1.2.14 Gerar e processar planilhas eletrônicas para fornecimento de propostas de preços com a finalidade de elaboração de coleta\projeto básico;
- 5.1.2.15 Oferecer módulo de Autorização permitindo um total controle das fases do Processo;
- 5.1.2.16 Realizar o julgamento global por lote e por item;
- 5.1.2.17 Possuir todas as ferramentas de controle para a realização das modalidades de acordo com a Lei Nº 8.666/93 ou Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 5.1.2.18 Permitir o usuário decidir em caso de empate nas propostas de preços;
- 5.1.2.19 Emitir todos os Relatórios (anexos) adotados pela Comissão;
- 5.1.2.20 Permitir a emissão de relatórios segundo os modelos padronizados;
- 5.1.2.21 Permitir a Edição e Arquivamento dos Relatórios apresentados em Tela;
- 5.1.2.22 Oferecer integração com os sistemas de Contabilidade, compras, patrimônio, almoxarifado e merenda escolar.
- 5.1.2.23 Permitir realizar contratação direta;
- 5.1.2.24 Permitir backup de forma manual ou automática.
- 5.1.2.25 Possuir módulo de segurança com controle de Nível de Acesso por usuário com personalização individual ou por perfil de acesso.

5.1.3 PUBLICAÇÃO EM PORTAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

- 5.1.3.1 Atender Decreto Nº 7.185 de 27 de maio de 2010 e Art. 48 LC Nº 101 de 4 de maio de 2000.
- 5.1.3.2 Oferecer integração com os Sistemas de Contabilidade e Licitação.
- 5.1.3.3 Permitir que o próprio usuário do sistema gere a publicação dos dados enviados para o portal.
- 5.1.3.4 Oferecer disponibilidade permanente de consulta aos dados publicados via web para o cidadão comum.
- 5.1.3.5 Oferecer opções de relatórios ao internauta.
- 5.1.3.6 Oferecer segurança dos dados publicados.
- 5.1.3.7 Oferecer um API para aplicativos externos;

5.1.4 SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO

- 5.1.4.1 Oferecer integração de todas as etapas do e-Social, atendendo todas as obrigações acessórias e emissão de relatórios comparativos;
- 5.1.4.2 Permitir a Elaboração do Arquivo Mensal de Servidores para o Sistema S.I.M do TCE;
- 5.1.4.3 Permitir Cadastro dos Servidores Municipais com uso de Imagens Digitais integrado com o sistema e-Social;
- 5.1.4.4 Permitir Cálculo das Folhas de Pagamento: Mensal, Adiantamento de 13º, Folha de 13º. Salário (parcela final);
- 5.1.4.5 Permitir Cálculo de Folhas Especiais (abonos, diferenças, individuais, grupos de servidores);
- 5.1.4.6 Permitir o comparativo de folhas de pagamento de competências diferentes;
- 5.1.4.7 Permitir Elaboração Automática do Abono FUNDEB (média anual, salário atual);
- 5.1.4.8 Permitir emissão de Guia de pagamentos como GEFIP e RAIS;
- 5.1.4.9 Permitir a Elaboração de Relatórios Especiais: para Controle da Previdência Municipal, para acompanhamento do plano de cargos e carreiras, ou ainda elaborados pelo próprio Usuário;
- 5.1.4.10 Possuir módulo especial de Controle do Setor de Pessoal (pedidos e atendimentos dos servidores);
- 5.1.4.11 Permitir integração com Sistemas de Controle de Ponto Digital com leitura e lançamentos automáticos;
- 5.1.4.12 Permitir a geração de arquivos bancários digitais com informações financeiras para pagamento da Folha contemplando bancos públicos e privados;
- 5.1.4.13 Permitir a consignação com as redes bancárias e o controle do percentual permitida pelo município;
- 5.1.4.14 Oferecer Módulo Especial de Acompanhamento do Histórico Funcional: Férias, Licenças, Suspensões, Eventos criados pelo Usuário;
- 5.1.4.15 Oferecer Recurso Especial para registro de todas as Alterações realizadas com o Servidor: Função, Cargo, Nível Salarial, Distrito, Secretaria, Setor, Carga Horária e outros;
- 5.1.4.16 Permitir o envio dos prestadores de serviço integrado pelo e-Social;
- 5.1.4.17 Oferecer módulo de BI (*business intelligence*) que permita a exploração do banco de dados na elaboração de consultas dinâmicas, geração de relatórios, gráficos e exportação de dados para diversos formatos como CVS, EXCEL e outros;
- 5.1.4.18 Permitir integração ao Sistema de Recursos Humanos por meio de API.
- 5.1.4.19 Permitir backup de forma manual ou automática;
- 5.1.4.20 Possuir módulo de segurança com controle de Nível de Acesso por Usuário com personalização individual ou por perfil de acesso.

5.1.5 SISTEMA DE ALMOXARIFADO WEB



ESTADO DO CEARÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARREIRA



- 5.1.5.1 Oferecer o Controle de Estoque por Unidade Executora, Programa de Governo e Fonte de Recurso;
- 5.1.5.2 Oferecer o controle de Requisição Digital para todas as unidades de consumo do município;
- 5.1.5.3 Gerar o Demonstrativo de Consumo por Unidade Executora, Programa de Governo e Fonte de Recurso;
- 5.1.5.4 Permitir o controle de usuários por Unidade Gestora;
- 5.1.5.5 Gerar a Posição de Estoque com demonstração de disponibilidade físico e financeiro;
- 5.1.5.6 Gerar demonstrativo de Saldo Patrimonial com demonstração por Conta PCASP para destinação contábil;
- 5.1.5.7 Gerar o Demonstrativo Evolutivo de consumo por Produto e Unidade Administrativa;
- 5.1.5.8 Permitir o Cadastro da Estrutura Administrativa municipal;
- 5.1.5.9 Permitir o Cadastro de Unidades Executoras e Setores (unidades de consumo);
- 5.1.5.10 Permitir o Cadastro de Fornecedores, grupos de produtos, produtos, Metas de Consumo, Controle de validade dos itens;
- 5.1.5.11 Permitir o lançamento de Entradas de almoxarifado com a caracterização de diversos tipos de entrada;
- 5.1.5.12 Permitir o lançamento de Saídas de almoxarifado com a caracterização de diversos tipos de saída;
- 5.1.5.13 Permitir o lançamento de entrada de almoxarifado a par r de uma Requisição Eletrônica;
- 5.1.5.14 Permitir que uma Requisição Eletrônica seja atendida por um ou mais lançamentos de saída;
- 5.1.5.15 Permitir a Emissão de Guias de Solicitação (Requisição Eletrônica);
- 5.1.5.16 Permitir a Emissão de Guias de Entrega.
- 5.1.5.17 Permitir a transferência de saldos de estoque entre Unidades Executoras, Programas e Fontes de Recursos, individualmente por item ou em bloco para todos os itens com saldos disponíveis;
- 5.1.5.18 Permitir a Emissão da Nota de Transferências de Itens de Almoxarifado;
- 5.1.5.19 Permitir a Emissão do Extrato da Movimentação de Itens de Almoxarifado;
- 5.1.5.20 Permitir a Emissão das entradas de almoxarifados de um período;
- 5.1.5.21 Permitir a Emissão das saídas de almoxarifados de um período;
- 5.1.5.22 Permitir a Emissão do relatório demonstrativo das requisições com pendência de atendimento, total ou parcial;
- 5.1.5.23 Permitir a emissão de todos os relatórios com a seleção de Unidade Gestora Contábil; Unidade Orçamentária; Unidade Executora; Programa de Governo; Fonte de Recurso individual ou consolidado.
- 5.1.5.24 Possuir módulo de segurança com controle de Nível de Acesso por
- 5.1.5.25 Usuário com personalização individual ou por perfil de acesso.
- 5.1.5.26 Oferecer integração com os sistemas de contabilidade, licitação, compra patrimônio e merenda escolar.

5.1.6 SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL

- 5.1.6.1 Permitir o Cadastro de Bens Patrimoniais Móveis, Bens Patrimoniais
- 5.1.6.2 Imóveis, Bens Relacionáveis;
- 5.1.6.3 Permite o Cadastro da Estrutura Administrativa municipal no âmbito da LOA;
- 5.1.6.4 Permite o Cadastro de Secretarias, Setores, Fornecedores e Localização Física;
- 5.1.6.5 Gerar o Controle de transferência de Bens entre as Unidades Administrativas;
- 5.1.6.6 Gerar o Controle de Reavaliação e Depreciação de Bens Patrimoniais conforme as novas Normas Contábeis Aplicadas ao Setor Público conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional STN;
- 5.1.6.7 Gerar a Emissão do Tombamento de Bens Patrimoniais;
- 5.1.6.8 Gerar a Emissão do Inventário;
- 5.1.6.9 Gerar a Emissão de Termo de Responsabilidade por Bens Lotados;
- 5.1.6.10 Gerar a Emissão de Bens Relacionados;
- 5.1.6.11 Gerar a Emissão de Bens Patrimoniais;
- 5.1.6.12 Gerar a Emissão de Termos de Transferência;
- 5.1.6.13 Gerar a Emissão de Etiquetas com Número de Tombamento Patrimonial;
- 5.1.6.14 Oferecer integração com os sistemas de Contabilidade, compras, licitação e merenda escolar;
- 5.1.6.15 Permite Auditoria de informações dos bens cadastrados no Sistema de Controle Patrimonial com as informações cadastradas no TCE;
- 5.1.6.16 Possuir módulo de segurança com controle de Nível de Acesso por Usuário com personalização individual ou por perfil de acesso.

5.1.7 SISTEMA DE CONTROLE VEÍCULOS WEB

- 5.1.7.1 Oferecer o uso do Sistema em ambiente de nuvem, inclusive por meio de dispositivos móveis;
- 5.1.7.2 Controlar acesso ao Sistema por meio de e-mail e senha privativa;
- 5.1.7.3 Oferecer recuperação de Senha de usuário via e-mail;
- 5.1.7.4 Oferecer alteração de senha;
- 5.1.7.5 Permitir o Cadastro de Unidades Orçamentárias;
- 5.1.7.6 Permitir o Cadastro de Programas de Governo;
- 5.1.7.7 Permitir o Cadastro de Contratos e Aditivos;
- 5.1.7.8 Permitir o Cadastro de Veículos;
- 5.1.7.9 Permitir o Cadastro de Tipos de Veículos;
- 5.1.7.10 Permitir o Cadastro de Marcas de Veículos;
- 5.1.7.11 Permitir o Cadastro de Linhas de Veículos;
- 5.1.7.12 Permitir o Cadastro de Modelos de Veículos;
- 5.1.7.13 Permitir o Cadastro de Cores de Veículos;
- 5.1.7.14 Permitir o Cadastro de Proprietários;



ESTADO DO CEARÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARREIRA



- 5.1.7.15 Permitir o Cadastro de Motoristas;
- 5.1.7.16 Permitir o Cadastro de Grupo de Produtos e Serviços;
- 5.1.7.17 Permitir o Cadastro de Produtos e Serviços;
- 5.1.7.18 Permitir o Cadastro de Fornecedores de Combustíveis, Peças e Serviços;
- 5.1.7.19 Permitir associação do Veículo com a Unidade Orçamentária por vigência;
- 5.1.7.20 Controlar o Abastecimento por veículo a partir de saldos contratuais ou despesas avulsas;
- 5.1.7.21 Permitir que o Veículo possa ser abastecido por diversos combustíveis conforme especificação técnica do fabricante;
- 5.1.7.22 Controlar contratos de abastecimento e manutenção de veículos;
- 5.1.7.23 Realizar o controle de Viagens por veículos;
- 5.1.7.24 Gerar relatórios Gerências de Viagens realizadas por Veículos;
- 5.1.7.25 Controlar a Manutenção dos Veículos (peças e serviços) a partir de saldos contratuais ou de despesas avulsas;
- 5.1.7.26 Gerar relatório de Acompanhamento de Manutenção de Veículo contemplando dados dos serviços e associação a contratos;
- 5.1.7.27 Criticar o Abastecimento de Combustíveis por meio de Metas definidas;
- 5.1.7.28 Gerar Demonstrativo de Gastos com Combustíveis, exigido pelo TCE;
- 5.1.7.29 Gerar relatório com a média de consumo por veículo;
- 5.1.7.30 Gerar relatórios analíticos de abastecimento;
- 5.1.7.31 Gerar relatório da Ficha do Veículos contendo todas as informações de gastos;
- 5.1.7.32 Gerar relatório de abastecimento por Dotação;
- 5.1.7.33 Gerar relatório de abastecimento por Departamento;
- 5.1.7.34 Gerar relatório com histórico da manutenção por veículo (peças e serviços);
- 5.1.7.35 Gerar relatório do extrato do contrato com a individualização de uso e apresentação de saldos remanescentes;
- 5.1.7.36 Controlar Estoque dos produtos de manutenção dos Veículos, inclusive com fixação de Estoque Mínimo e Máximo;
- 5.1.7.37 Gerar relatório de Estoque com a movimentação das peças de reposição;
- 5.1.7.38 Gerar relatório da Posição de Estoque;
- 5.1.7.39 Oferecer recursos para Gerenciamento de Multas;
- 5.1.7.40 Gerar relatórios de acompanhamento de Multas;
- 5.1.7.41 Gerar painéis com gráficos gerenciais (dashboard);
- 5.1.7.42 Oferecer Subsistema de Veículos integrado ao SIM – Sistema de Informações Municipais do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, contemplando os seguintes recursos:
 - 5.1.7.42.1 Cadastro de Veículos – versão especializada para o SIM
 - 5.1.7.42.2 Cadastro de Contratos – versão especializada para o SIM
 - 5.1.7.42.3 Cadastro de Veículos Locados
 - 5.1.7.42.4 Cadastro de Veículos Cédidos por Terceiros
 - 5.1.7.42.5 Cadastro de Veículos Cédidos a Terceiros
 - 5.1.7.42.6 Geração de arquivos digitais para envio ao TCE;
 - 5.1.7.42.7 Arquivo Digital de Veículos Municipais
 - 5.1.7.42.8 Arquivo Digital de Veículos Locados
 - 5.1.7.42.9 Arquivo Digital de Veículos Cédidos por Terceiros
 - 5.1.7.42.10 Arquivo Digital da Destinação dos Veículos
 - 5.1.7.42.11 Arquivo Digital do Controle de Abastecimento de Veículos
 - 5.1.7.42.12 Arquivo Digital do Controle de Manutenção de Veículos
 - 5.1.7.42.13 Gerar relatório de Críticas do SIM para análise de erros na geração;
 - 5.1.7.42.14 Controle de bloqueio de edição de dados após a Geração do SIM
 - 5.1.7.42.15 Oferecer Consulta ao Histórico do SIM gerado
 - 5.1.7.42.16 Oferecer ao Setor Contábil API para leitura automática dos Arquivos Digitais do SIM.
- 5.1.7.43 Oferecer integração com Sistemas de Gestão de Cartão de Combustíveis contemplando:
 - 5.1.7.44 Crítica de Dados a serem importados
 - 5.1.7.45 Importação de Dados fornecidos
 - 5.1.7.46 Possuir módulo de segurança com controle de Nível de Acesso por Usuário com personalização individual ou por perfil de acesso.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Sustentabilidade: Os serviços ofertados deverão, em todas as fases do processo e da execução do contrato, pautar-se sempre no uso racional de recursos e materiais, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos
- 6.2. Da subcontratação: Não é admitida a subcontratação de objeto contratual.
- 6.3. Da garantia da contratação: Não haverá exigência da garantia de contratação.

7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



ESTADO DO CEARÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARREIRA



7.1 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL: Apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa esteja executando ou tenha executado serviços compatíveis ou similares com o objeto deste Projeto básico.

7.2 – A Administração, para dirimir eventuais dúvidas, poderá diligenciar as instalações da licitante ou de clientes indicados em atestado (s) técnico (s) ou solicitar instalação e demonstração do sistema, para a comprovação de quaisquer características exigidas neste Termo de Referência, principalmente aqueles referentes às funcionalidades dos serviços de tecnologia. Para comprovação dos requisitos será solicitado Teste de Conformidade.

8. PRAZO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

8.1. O prazo para execução do objeto será de 10 meses, compreendendo todas as necessidades da Câmara Municipal de Barreira.

8.2. O prazo de execução admite prorrogação, caso haja alteração no prazo de execução dos serviços, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro.

8.3. Os serviços não presenciais poderão ser prestados de qualquer lugar, a critério da contratada.

8.4. Os serviços licitados deverão ser iniciados no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da expedição de ORDEM DE SERVIÇOS pela Administração no local determinado pela Unidade Gestora

9. DA SEGURANÇA E DO SIGILO

9.1. A CONTRATADA será responsável pela segurança, guarda, manutenção e integridade dos dados, programas e procedimentos físicos de armazenamento e transporte das informações existentes ou geradas durante a execução dos serviços, em conformidade com a legislação vigente.

9.2. Guardar o mais absoluto sigilo em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização.

9.3. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. **Mapeamento de Riscos:** O gerenciamento dos riscos da contratação aplica-se aos casos em que a contratação se efetivar pôr Termo de Contrato. Ou seja, não se aplica a contratações por nota de empenho;

10.2. **Do aviso de Dispensa de Licitação:** O presente caso é de Dispensa de Licitação, conforme art. 75, inciso I e II, §3º, da lei n. 14.133/21, onde as contratações de que trata o I e II do caput do artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

10.3. São anexos deste Termo de Referência:

- ANEXO I: MAPA DE RISCO;
- Documentação da Empresa a ser contratada acompanhado da declaração que o fornecedor escolhido para a contratação de pequeno valor é Microempresa/ Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP);
- ANEXO II: Minuta do Contrato;

Barreira - CE em 04 de abril de 2025.


Cleano Alves da Silva
Presidente da Câmara

**MAPA DE RISCO PARA A FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO****ANEXO I****MAPA DE RISCOS**

ETAPA:	FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA		
RISCO:	Especificação deficiente da demanda		
DANO:	Contratação e execução deficiente do objeto		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Média	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Verificar se o objeto foi especificado adequadamente, contemplando unidade de medida, locais de execução, quantidade e prazo de início.		
AÇÃO DE CONTIGENCIA:	Havendo erro, devolver para complementação das informações.		
RESPONSÁVEL	SETOR DEMANDANTE		

ETAPA:	CRIAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO		
RISCO:	Descumprimento de formalidade legal		
DANO:	Ausência de ato designatório da equipe de Planejamento de Contratação		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Baixa	IMPACTO:	Baixo
AÇÃO PREVENTIVA:	Adotar lista de verificação dos procedimentos a serem tomados para o planejamento de contratação		
AÇÃO DE CONTIGENCIA:	Providenciar o ato de designação formal da equipe de planejamento.		
RESPONSÁVEL	AUTORIDADE COMPETENTE		

ETAPA:	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PRELIMINARES		
RISCO:	Estudos preliminares deficientes		
DANO:	Licitação fracassada, deserta ou contratação e execução deficiente		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Alta	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Elaborar lista de verificação que contemple, no que couber, os requisitos previstos no INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022.		
AÇÃO DE CONTIGENCIA:	Corrigir as deficiências detectadas nos estudos preliminares		
RESPONSÁVEL	EQUIPE DE PLANEJAMENTO		
ETAPA:	ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA		



RISCO:	Falha na elaboração do Termo de Referência		
DANO:	Licitação fracassada, deserta ou contratação e execução deficiente		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Alta	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Propor lista de verificação que identifique, no que couber, os requisitos previstos no INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 81, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022.		
AÇÃO DE CONTIGENCIA:	Revisão do termo de referência e incluir as instruções ausentes.		
RESPONSÁVEL:	EQUIPE DE PLANEJAMENTO		

ETAPA:	APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA		
RISCO:	Descumprimento de formalidade legal		
DANO:	Ausência da aprovação do Termo de Referência		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Baixa	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Adoção de lista de verificação com item de aprovação do TR pela autoridade competente.		
AÇÃO DE CONTIGENCIA:	Encaminhar à autoridade competente o processo para aprovação do Termo de Referência.		
RESPONSÁVEL:	ORDENADOR DE DESPESA.		

Barreira – CE, 04 de abril de 2025


Cleano Alves da Silva
Presidente da Câmara



ESTADO DO CEARÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARREIRA



ANEXO II - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Para fins de HABILITAÇÃO, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

1. RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

I. REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresa pessoa física, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta Comercial onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

II. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL E TODOS OS SEUS ADITIVOS E/OU ÚLTIMO ADITIVO CONSOLIDADO em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

III. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

IV. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL

I. Comprovação de experiência na execução de objeto de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, por meio de um ou mais "Atestados" e/ou "Certidões" fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado em nome da empresa ou do seu sócio/titular.

II. A Administração, para dirimir eventuais dúvidas, poderá diligenciar as instalações da licitante ou de clientes indicados em atestado (s) técnico (s) ou solicitar instalação e demonstração do sistema, para a comprovação de quaisquer características exigidas neste Termo de Referência, principalmente aqueles referentes às funcionalidades dos serviços de tecnologia. Para comprovação dos requisitos será solicitado Teste de Conformidade conforme especificado no Termo de Referência.

3. RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

I - A inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - A regularidade perante a Fazenda federal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - A regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

V - A regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

VI - A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

VII - A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VIII - O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

4. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

I. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE BARREIRA



ANEXO III
MINUTA - TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE BARREIRA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE _____, COM _____, NAS CONDIÇÕES ABAIXO PACTUADAS:

O MUNICÍPIO DE BARREIRA, pessoa jurídica de direito público interno, através da **SECRETARIA DE _____**, com sede na _____, Bairro _____ – Barreira/CE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representado pelo (a) Secretário (a) de _____, Sr (a). _____, inscrito (a) sob o CPF de nº _____, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e a empresa _____, com endereço na _____, Bairro _____, CEP: _____, inscrito no CNPJ de nº _____, representado legalmente nesse ato pela Sr (a). _____, inscrita no CPF sob o nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação n. _____ / _____, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. Fundamenta-se este contrato na Dispensa de Licitação nº _____, art. 75, inc. II, da Lei nº 14.133/21, c/c decreto municipal nº 080, DE 28 DE MARÇO DE 2023, e alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

- 2.1. O objeto do presente instrumento é _____, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
2.2. Especificação da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1		Serv.	01	R\$ _____	R\$ _____

- 2.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
2.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
2.3.2. A Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;
2.3.3. A Proposta do Contratado;
2.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 3.1. O prazo de vigência da contratação é de até ____ (____) _____, contados da data de assinatura, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
3.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosa para a administração, permitida a negociação com o contratado.



CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado após a regular liquidação da despesa, conforme a atestação por parte do fiscal, dentre outros documentos a serem incluídos a título de comprovação, nos termos das Leis nº 4.320/1964.

6.2. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.3. O pagamento será efetuado até o decimo quinto dia do mês subsequente, contados do recebimento da Nota Fiscal.

6.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

6.5. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

6.5.1. Quando houver glosa parcial do objeto, à contratante deverá comunicar o contratado para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

6.5.2. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis

6.5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

6.5.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021

6.5.5. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.5.6. Constatando-se, junto aos sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



ESTADO DO CEARÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARREIRA



6.5.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.5.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.5.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos sítios eletrônicos oficiais.

6.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.8. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.2. Após o interregno de um ano, o Contratado poderá solicitar reajuste do valor inicial, através de ofício, mediante aplicação do índice IGP-M/FGV, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será (ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier (em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

8.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a aquisição, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

8.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

8.7. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.



8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

9.2. Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações.

9.3. Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção dos serviços, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE.

9.4. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.5. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante.

9.6. Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO.

9.7. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

9.8. Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - g) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
 - i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
 - l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:



ESTADO DO CEARÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARREIRA



a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei 14.133/21);

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei 14.133/21);

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei 14.133/21)

d) **Multa:**

(1) moratória de 1,0% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

(2) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

(3) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(4) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)



ESTADO DO CEARÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARREIRA



11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes do contrato a ser celebrado com o vencedor, serão consignadas na seguinte dotação orçamentária nº _____ e Elemento de Despesa nº _____.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Artº. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Barreira, Estado do Ceará para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Barreira/CE, _____ de _____ 2025.

CONTRATANTE

CONTRATADO(A)